



ATA DE REUNIÃO

Nº 2

PAUTA DA REUNIÃO: Deliberações sobre o Plano Estadual

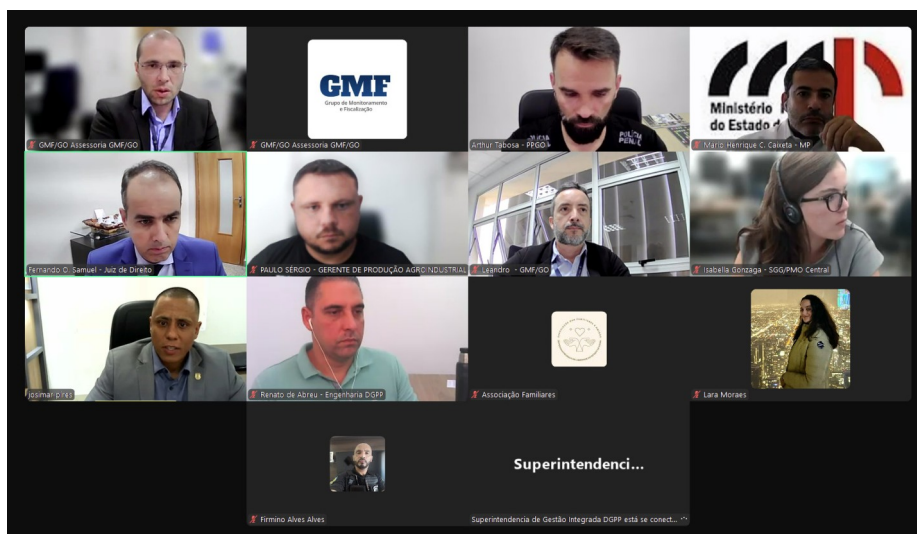
2-Reunião - Eixo 2

Data: 19/05/2025

Início: 16:00oras

PARTICIPANTES:

- Fernando Oliveira Samuel - Juiz de Direito e Coordenador do GMF
- Mário Henrique Cardoso Caixeta- MPMO
- Josimar Pires Nicolau - Diretor da DGPP
- Leandro Pereira Cardoso - Assessor do GMF
- Luís Augusto de Carvalho - Assessor do GMF
- Firmino Alves - DGPP
- Isabella Gonzaga - SGG/
- Lara Moraes - Coordenadoria da Custódia
- Paulo Sérgio - DGPP
- Renato de Abreu - DGPP
- Arthur Barbosa - DGPP
- Biany Lourenço - SEDS
- Michele - DGPP
- Aline - DGPP
- Ana Távora -DGPP



CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

- Dr. Fernando Oliveira Samuel

DISCUSSÃO:



1. Abertura dos Trabalhos

Dr. Fernando iniciou os trabalhos propondo a metodologia para análise das atividades do Eixo 2 do Programa Pena Justa. A proposta consistiu na análise sequencial das metas e atividades da planilha integrada ao sistema SIGGO, com leitura das metas nacionais, sugestões de adaptação à realidade estadual e deliberação coletiva. A proposta foi aprovada pelos presentes.

2. Metodologia Adotada

A metodologia adotada baseou-se em:

- Leitura do indicador e da meta nacional;
- Discussão e aprovação da meta estadual adaptada;
- Inclusão de sugestões e ajustes em tempo real;
- Registro de deliberações por meio da coloração da planilha (verde para metas aprovadas, vermelho para exclusão, azul para novas propostas).

3. Discussão e Aprovação das Metas

Foram discutidas e aprovadas as seguintes metas adaptadas para o Estado de Goiás:

a) Mutirão Nacional de Habitabilidade

- Meta estadual: Criação da metodologia própria de inspeção com base nos critérios da DGPP e GMF.
- Deliberação: Aprovada.

b) Plano Estadual de Manutenção e Ajuste

- Meta estadual: Elaboração de plano único com aplicação em todas as unidades, condicionado à criação prévia dos critérios de habitabilidade.
- Deliberação: Aprovada.

c) Segundo Mutirão Nacional

- Meta estadual: Adesão com aplicação dos critérios locais baseados na metodologia nacional.
- Deliberação: Aprovada.

d) Alvarás e Licenças Sanitárias



- Meta estadual: Emissão dos documentos com apoio da DGPT e órgãos estaduais.
- Deliberação: Aprovada.

e) Capacitação de Arquitetos e Engenheiros

- Meta estadual: Implantação de programa permanente com apoio da Escola Superior da Polícia Penal e da Escola de Governo.
- Deliberação: Aprovada.

f) Segurança Alimentar e Nutricional

- Diversas metas relacionadas à criação de programa estadual, arranjos produtivos locais e respeito a restrições culturais e religiosas na alimentação.
- Ajustes sugeridos para adequação a contratos de alimentação terceirizada.
- Deliberação: Aprovadas com ajustes pontuais.

g) Programa de Aquisição de Alimentos

- Proposta de inclusão da população dos Calungas na produção alimentar.
- Deliberação: Aprovada como ação complementar.

h) Ampliação da Cobertura em Saúde (PNASP)

- Meta estadual: Implementação por convênio ou modelo alternativo estadual.
- Indicadores: Adesão de estabelecimentos prisionais e municípios.
- Deliberação: Aprovada.

i) Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas

- Meta estadual: Publicação de estratégia integrada com base na PNASP.
- Deliberação: Aprovada.

j) Prevenção e Tratamento de Agravos Sociais e Endêmicos

- Indicadores: Percentual de unidades com adoção da estratégia estadual e percentual de unidades que fornecem preservativos e realizam palestras.
- Deliberação: Aprovado.

k) Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade

- Protocolo especializado para gestantes, puérperas e lactantes com abordagem interseccional.



- Distribuição gratuita de absorventes.
- Deliberação: Aprovado conforme proposta do Estado, alinhada ao nacional.

l) Atenção à População Negra

- Adoção de procedimentos específicos considerando vulnerabilidades da população negra.
- Deliberação: Aprovado.

m) Atenção à População LGBTQIA+

- Garantia de tratamento hormonal conforme diretrizes do SUS.
- Indicador: Percentual de pessoas atendidas.
- Deliberação: Aprovado com ajustes para não limitar a unidades específicas.

n) Atenção à População Indígena e Quilombola

- Criação e implantação de protocolo de atenção à saúde desses grupos.
- Deliberação: Aprovado.

o) Política Antimanicomial

- Reforço da política com atenção a pessoas vulnerabilizadas.
- Inclusão de atores estratégicos: TJGO, Ministério Público, Defensoria Pública.
- Deliberação: Aprovado.

p) Adesão ao Protocolo Interinstitucional da Política Antimanicomial

- Estado irá aderir ao protocolo a ser instituído pelo CNJ.
- Remoção de trechos desnecessários com base na discussão.
- Deliberação: Aprovado.

q) Implantação de Equipes de Acompanhamento das Medidas Terapêuticas

- Replicação da meta nacional para o Estado.
- Deliberação: Aprovado.

5. Eixo: Trabalho e Renda

r) Concessão do Pecúlio Penitenciário

- Adoção de orientação nacional com cronograma no segundo ano.
- Deliberação: Aprovado.

s) Cotas Legais nos Contratos Públicos



- Criação de plano de ação permanente para direcionamento da mão de obra prisional.
- Deliberação: Aprovado.

t) Ampliação de Atividades Laborais com Remissão e Remuneração

- Execução e monitoramento do Plano Estadual de Trabalho.
- Inclusão do MPT e Ministério Público como atores estratégicos.
- Deliberação: Aprovado.

u) Profissionalização com o Sistema S

- Implantação de ações priorizando o Sistema S, com flexibilidade para outras alternativas.
- Deliberação: Aprovado.

v) Fundo de Amparo ao Trabalhador

- Implementação de ações para promoção de acesso ao emprego e renda.
- Deliberação: Aprovado.

w) Manutenção e Ampliação de Oficinas de Capacitação

- Ajuste da redação para contemplar manutenção e expansão.
- Deliberação: Aprovado.

6. Eixo: Educação

x) Plano Estadual do Livro e da Leitura

- Criação do plano em conformidade com o Programa Nacional.
- Deliberação: Aprovado.

y) Superação do Analfabetismo

- Criação de plano estadual de ação visando superar o analfabetismo.
- Deliberação: Aprovado.

z) Inclusão da Cultura, Esporte e Lazer no Plano de Educação

- Execução de projetos alinhados à equidade de raça e gênero.
- Inclusão da Secretaria Estadual de Esporte e da Secretaria da Cultura.
- Deliberação: Aprovado.

aa) Projetos Políticos-Pedagógicos da EJA



- Adaptação à carga horária dos estabelecimentos prisionais.
- Deliberação: Aprovado.

7. Continuação da Discussão e Aprovação das Metas

ab) Fluxo Interinstitucional para Educação Pós-Cumprimento de Pena

- Criação de fluxo com a Secretaria Estadual de Educação para inclusão de egressos na rede EJA.
- Sugestão de escalonamento da meta: 25% no 1º ano, 70% no 2º ano, 100% no 3º ano.
- Inclusão do TJGO como ator em cada escritório social.
- Deliberação: Aprovado.

ac) Pré-Vestibular e Acesso ao Ensino Superior

- Inclusão de convênios com Secretaria da Educação e outras entidades de ensino.
- Debate sobre estrutura e parcerias voluntárias.
- Deliberação: Aprovado.

ad) Fluxo com Sistema de Justiça para Ensino Superior

- Criação de comitê interinstitucional e protocolo de acesso ao ensino superior.
- Sugestão de simplificação redacional ("acesso ao ensino superior").
- Deliberação: Aprovado.

ae) Educação Escolar com Remissão de Pena

- Meta: 100% de unidades com módulo educacional e 50% da população estudando.
- Discussão sobre detalhamento da execução e tipo de ensino (educação básica).
- Deliberação: Aprovado com ajuste de redação.

af) Ensino de Português para Migrantes

- Criação de protocolo interno de identificação para posterior solicitação à SEDUC.
- Deliberação: Aprovado.

8. Política de Leitura e Remição de Pena

ag) Plano Estadual do Livro e da Leitura

- Criação com base no nacional.
- Meta já citada em seção anterior, com reafirmação de sua relevância.



- Deliberação: Aprovado.

ah) Remição de Pena por Leitura

- Redação ajustada para refletir ampliação de alcance e percentual.
- Indicadores escalonados (20%, 40%, 60%).
- Deliberação: Aprovado.

ai) Ampliação do Acervo Literário

- Proposta inicial citava secretarias específicas.
- Após debate, texto foi ajustado para: “Ampliar o acervo de livros de literatura nos estabelecimentos prisionais, buscando pactuação com órgãos estaduais, municipais, sociedade civil organizada e instituições afins”.
- Inclusão da Secretaria de Cultura entre os atores estratégicos.
- Deliberação: Aprovado.

9. Cultura, Esporte e Assistência

aj) Política Estadual de Esportes

- Publicação de política estadual com base na política nacional.
- Inclusão da Secretaria de Esportes e da Secretaria de Educação.
- Deliberação: Aprovado.

ak) Fábricas de Uniformes e Materiais Esportivos

- Inicialmente prevista em centros a serem construídos, foi adaptada para “estabelecimentos prisionais do Estado de Goiás”.
- Deliberação: Aprovado.

al) Plano Estadual de Cultura

- Publicação do plano em consonância com o plano nacional.
- Meta ampliada para incluir projetos culturais já existentes.
- Deliberação: Aprovado.

10. Integração SUAS e Atividades Religiosas

am) Fluxo SUAS-Sistema Prisional

- Meta mantida conforme nacional, com alterações apenas nos atores estratégicos.
- Deliberação: Aprovado.



an) Atividades Religiosas e Protocolos

- Instituição de protocolo estadual conforme normativas do CNJ e CNPCP.
- Discussão sobre clareza redacional e proposta de separar a qualificação dos servidores como futura nova medida.
- Redação final da meta: “Instituir protocolo sobre a organização das atividades religiosas dentro dos estabelecimentos prisionais do Estado de Goiás, em conformidade com as normativas do CNJ e do CNPCP”.
- Indicador: Adesão do Estado de Goiás ao protocolo nacional.
- Deliberação: Aprovado.

11. Adesão ao Protocolo Nacional sobre Indumentárias e Símbolos Religiosos

- Discutiu-se a adesão do Estado de Goiás ao protocolo nacional que trata do uso de indumentárias e símbolos religiosos nos estabelecimentos prisionais.
- A possibilidade de adequações ao contexto local foi admitida, respeitando a premissa da liberdade religiosa ampla já prevista no protocolo nacional.
- Foi mencionado o caso do uso de substâncias psicoativas (como o neão do vegetal aldeim) em determinados ritos religiosos, gerando preocupações quanto a potenciais conflitos institucionais e legais.

12. Capacitação sobre o Protocolo de Racismo Religioso

- A redação do indicador estadual foi considerada pouco clara e excessivamente copiada da redação nacional.
- Foi sugerido manter o item em aberto para que a Superintendência e a Secretaria de Estado da Transformação (SET) proponham ajustes.
- A versão nacional foi considerada mais concisa: “Protocolo sobre racismo religioso publicado”.

13. Assistência Espiritual no Sistema Prisional

- Debateu-se a criação de estratégias institucionais de oferta de assistência espiritual dentro do sistema prisional, com articulação da DGPP.
- A meta estadual visa a divulgação de atos normativos que assegurem a diversidade



de matrizes religiosas e o respeito à crença.

- Sugeriu-se formalizar a linguagem da meta substituindo “normativos” por “atos normativos”.

14. Gestão das Planilhas e Procedimentos Técnicos

- Foi deliberado o **travamento da planilha** nas metas já aprovadas (destacadas em verde), permitindo apenas correções textuais e ortográficas.
- Todas as alterações deverão ser incluídas no sistema SIGO e submetidas à aprovação da respectiva Câmara Temática.
- Foi concedida **autonomia a Luiz e Leandro** para aprovação final dessas alterações antes do envio ao comitê central.

15. Planejamento das Próximas Reuniões

- Considerando o elevado número de metas (143) no Eixo 2, foi discutida a necessidade de **ao menos duas reuniões adicionais** para conclusão da análise.
- Propôs-se a **realização de reuniões independentes** do comitê central, com datas específicas para o grupo do Eixo 2.
- Foi sugerida uma nova reunião na **sexta-feira**, a ser confirmada com o Dr. Reinaldo.
- Foi enfatizado que, apesar da complexidade do plano, a **DGPP está empenhada em sua consolidação e execução**, conforme declarado por Jôsimar.

DELIBERAÇÕES :

- As metas aprovadas foram destacadas na planilha **(em verde) – Anexa**.
- As propostas de novas metas foram reservadas para discussão em reunião futura
- A coordenação destacou que poderá haver alterações nos atores estratégicos, especialmente após reuniões com as secretarias estaduais.
- A próxima reunião dará continuidade à análise das metas restantes e às propostas de inclusão apresentadas.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – GMF/GO

- Confirmar com o Dr. Reinaldo a data da nova reunião (sugestão de sexta-feira)
- As atividades aprovadas pela câmara subirão para aprovação do comitê central.

ENCERRAMENTO :

Nada mais havendo a expor, foi encerrada a reunião, e eu Luís Augusto de Carvalho, assessor do GMF/GO, lavrei a presente ata.

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 106932182183 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202501000596284 (Evento nº 18)

FERNANDO OLIVEIRA SAMUEL

JUIZ DE DIREITO

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 21/05/2025 às 13:54

LUIS AUGUSTO DE CARVALHO

ESCREVENTE JUDICIÁRIO I

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 20/05/2025 às 17:31

LEANDRO PEREIRA CARDOSO

ASSESSOR DO GMF

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 21/05/2025 às 13:30

